

**Universidade do Porto**  
**Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação**

**COMPORTAMENTOS DE FUGA EM ACOLHIMENTO RESIDENCIAL:  
O que Constitui Proteção e Risco**

**Joana Cristina Correia de Melo Cerdeira**  
**Outubro de 2017**

**Dissertação apresentada no Mestrado em Temas de Psicologia, área de  
Proteção e Direitos da Criança da Faculdade de Psicologia e de  
Ciências da Educação da Universidade do Porto, orientada pela  
Professora Doutora Maria Barbosa Ducharne (FPCEUP)**

## **Avisos Legais**

O conteúdo desta dissertação reflete as perspectivas, o trabalho e as interpretações da autora no momento da sua entrega. Esta dissertação pode conter incorreções, tanto conceptuais como metodológicas, que podem ter sido identificadas em momento posterior ao da sua entrega. Por conseguinte, qualquer utilização dos seus conteúdos deve ser exercida com cautela.

Ao entregar esta dissertação, a autora declara que a mesma é resultante do seu próprio trabalho, contém contributos originais e são reconhecidas todas as fontes utilizadas, encontrando-se tais fontes devidamente citadas no corpo do texto e identificadas na secção de referências. A autora declara, ainda, que não divulga na presente dissertação quaisquer conteúdos cuja reprodução esteja vedada por direitos de autor ou de propriedade industrial.

O presente estudo integra-se num projeto mais abrangente - o Estudo da Qualidade em Acolhimento Residencial, EQAR- que tem o objetivo de avaliar a qualidade do sistema de acolhimento residencial em Portugal. Os procedimentos metodológicos deste projeto seguiram os princípios de ética e deontologia requeridos e foram aprovados pela Comissão de Ética da Faculdade de Psicologia e Ciências de Educação da Universidade do Porto (FPCEUP). Foram efetuados protocolos que facilitaram e promoveram a sua implementação, entre a FPCEUP, as entidades de tutela (Instituto da Segurança Social, Instituto Público, Instituto da Segurança Social da Região Autónoma da Madeira, Direção Regional da Segurança Social do Governo dos Açores, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e Casa Pia de Lisboa), a Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens e as entidades que representam as Casas de Acolhimento (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade e União das Misericórdias Portuguesas). Este projeto de investigação é desenvolvido no Grupo de Investigação e Intervenção em Acolhimento e Adoção (GIIAA).

Para facilitar a divulgação dos resultados e conclusões do presente estudo, esta dissertação apresenta-se sob o formato de artigo científico, tendo em vista a futura submissão para publicação numa revista científica especializada na área, e indexada às principais bases de dados.

## **Agradecimentos**

A todos os que contribuíram para a realização deste trabalho, longe ou perto, de forma mais ou menos direta, em contexto académico, profissional ou familiar, um profundo e sentido agradecimento.

## Resumo

**Introdução:** Os comportamentos de fuga em Acolhimento Residencial (AR) representam indicadores de perigo para a criança, que não têm sido priorizados nas políticas, práticas ou investigação nacional. A atenção tem sido concentrada em variáveis sociodemográficas em detrimento de variáveis relativas ao contexto e a perspectiva da criança tem sido maioritariamente ignorada. **Objetivo:** O presente estudo tem como principal objetivo a identificação de fatores de proteção e de risco na predição dos comportamentos de fuga das crianças em AR, equacionando, quer variáveis individuais, quer variáveis contextuais. **Método:** Participaram neste estudo 354 crianças de 33 Casas de Acolhimento (CA). Os dados foram recolhidos recorrendo a dois instrumentos que compõem o ARQUA-P (Pedido de Informação Prévia e Entrevista para Crianças/Jovens) e ao YSR para avaliação do desajustamento psicológico das crianças/jovens acolhidos. **Resultados:** As crianças com fugas eram mais velhas, tinham mais indicadores de desajustamento psicológico, mais consumos de substâncias psicoativas e menos tempo de acolhimento. Estas crianças avaliaram de forma mais negativa a relação com os seus pares e cuidadores, bem como a sua ocupação de tempos livres. Foram identificados como fatores de risco, o sexo, a existência de comportamentos delinquentes e a segregação da CA, e como fatores de proteção, a existência de irmãos na mesma CA e a qualidade da relação com os cuidadores. **Conclusões:** Estes resultados auxiliam a compreensão do fenómeno e reforçam a necessidade de se reequacionar um conjunto de características das CA e desempenho dos seus profissionais, bem como do sistema de proteção, na forma como intervêm junto destas crianças.

**Palavras-chave:** Comportamentos de Fuga, Acolhimento Residencial, Fatores de Proteção e Risco.

## Abstract

**Introduction:** Runaway behaviours in Residential Care (RC) are key indicators of the extent of the child's danger and have not been prioritized in national policies, practices or research. Focus has been given to socio-demographic variables at the expense of context variables. Children's perspectives on the issue have been mainly ignored. **Objective:** The current research aims to identify protective and risk factors, predicting runaway behaviours of children in RC, considering both individual and contextual variables. **Method:** 354 children placed in 33 RC centres participated in this study. Data were collected using two instruments belonging to the Portuguese Comprehensive Evaluation System for RC (ARQUA-P), (the Previous Information Request and the Interview for Children/Youth). YSR was used to assess children's psychological mal-adjustment. **Results:** Children with runaway behaviours were older, had more psychological mal-adjustment, more substance abuse and less time in RC. These children had a more negative perception of their relationship with peers and caregivers, as well as of their leisure activities. Gender, delinquent behaviours and segregation in RC centres were identified as risk factors whereas the existence of siblings in the same centre as well as positive relationships with caregivers were considered protection factors. **Conclusions:** These findings help to understand the phenomenon and highlight the need to redesign a set of features of RC centres, caregivers' practices and the functioning of the protection system when dealing with these runaway children.

**Keywords:** Runaway Behaviours, Residential Care, Protection and Risk Factors.

## **Abreviaturas**

Várias expressões são usadas repetidamente ao longo do texto, pelo que se optou por recorrer a siglas, as quais são abaixo apresentadas:

AF – Acolhimento Familiar

AR – Acolhimento Residencial

CA – Casa de Acolhimento

CASA – Caracterização Anual da Situação de Acolhimento

CF – Comportamentos de Fuga

ISS.IP – Instituto da Segurança Social, Instituto Público

LPCJP – Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo

MNV – Meio Natural de Vida

ONG – Organização Não Governamental

SICAD - Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências

SPA – Substâncias Psicoativas

## Introdução

Em Portugal, no ano de 2016, existiam 71016 crianças<sup>1</sup> sinalizadas nas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, como estando ou podendo estar numa situação de perigo quanto à sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento (Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens, 2017). Pelo facto de se encontrarem numa situação de perigo em meio natural de vida (MNV) (e.g., negligência, maltrato psicológico, maltrato físico, abuso sexual) muitas destas crianças foram encaminhadas para Acolhimento, havendo em 2016, de acordo com o Instituto da Segurança Social, I.P (ISS, IP, 2017), 8175 crianças e jovens, entre os 0 e os 21 anos, nesta situação. A expressão do Acolhimento Familiar (AF) no país é residual ( $n = 261$ , 3.2%), e por isso, das crianças e jovens em situação de Acolhimento, 7914 (96.8%) encontravam-se em Acolhimento Residencial (AR), na sua maioria Lares de Infância e Juventude e Centros de Acolhimento Temporário ( $n = 7149$ , 87.4%).

Apesar da Medida de AR, definida no artigo 49º da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP, Lei nº 147/99, com as alterações introduzidas pela Lei nº 31/2003 e pela Lei nº 142/2015), ter como finalidade a garantia de satisfação de necessidades físicas, psíquicas, emocionais e sociais das crianças e jovens e o efetivo exercício dos seus direitos, promovendo uma integração em contexto sociofamiliar seguro e a sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral, evidência empírica internacional tem comprovado uma taxa de risco de Comportamentos de Fuga (CF), para a população em acolhimento, três vezes superior à população global em idade jovem (Bowden & Lambie, 2015; Courtney & Zinn, 2009). Além disso, as crianças em AR parecerem ser mais propensas a adotar CF, e este envolver maior risco (Biehal & Wade, 1999), comparativamente às crianças em AF (Courtney & Zinn, 2009), ou em MNV (Abrahams & Mungall, 1992).

Apesar de alguns estudos (Biehal & Wade, 1999; Kim, Chenot, & Lee, 2013) terem documentado os comportamentos de risco manifestados durante a fuga (e.g., vitimização física e sexual, atividade sexual de risco e prostituição, comportamentos antissociais, consumo de substâncias psicoativas - SPA), a evidência empírica de variáveis individuais e contextuais relacionadas com os CF em AR é escassa, centrando-se essencialmente em

<sup>1</sup> Neste trabalho usa-se a definição de Criança nos mesmos termos previstos na Convenção Sobre os Direitos da Criança, ou seja, contemplando menores de idade até aos 18 anos.



indicadores sociodemográficos da criança, como a idade e o sexo, experiências prévias que levaram ao acolhimento ou problemas de ajustamento (Bowden & Lambie, 2015). As variáveis relacionadas com fatores contextuais das Casas de Acolhimento (CAs) têm sido frequentemente ignoradas (Attar-Schwartz, 2013), especialmente no que diz respeito ao impacto que os profissionais de AR podem ter na adoção de CF (Bowden & Lambie, 2015).

Em Portugal não há conhecimento de nenhuma investigação que se tenha debruçado sobre este fenómeno, o que pode ter impacto no desenvolvimento ou implementação de políticas nacionais, já que estas são também nulas. Saliente-se, por exemplo, que, no Reino Unido, a prevenção dos CF foi associada a uma redução de cerca de 30 a 40% no número total de crianças desaparecidas, resultando numa poupança estimada de cerca de £1.8 milhões (European Commission Directorate-General for Justice, 2013). Tendo por base a perspetiva do modelo bioecológico (Bronfenbrenner, 2001), que equaciona que o desenvolvimento é o produto das transações entre a criança, o seu ambiente próximo e o ambiente social mais vasto, o presente estudo visa identificar fatores de proteção e de risco na predição dos CF das crianças em AR, equacionando, quer variáveis de caracterização individual, quer variáveis de caracterização da CA.

## **1. Definição do Conceito e Prevalência do Comportamento de Fuga**

A definição de CF de AR não tem sido unânime na investigação. As fugas são consideradas pela *Missing Children Europe* (Federação Europeia para as crianças desaparecidas e exploradas sexualmente, que representa uma rede de ONG em 25 Países Europeus, entre os quais Portugal) como uma categoria enquadrada no desaparecimento das crianças, podendo ter origem em MNV, em AR ou AF. Em Portugal, o Instituto de Apoio à Criança (IAC), que integra essa Federação, adotou a mesma categorização, descrevendo as fugas como dizendo respeito a “*todos os menores que voluntariamente fogem de casa ou de uma instituição em que residam*” (IAC, 2008, p.1). Parece consensual que o CF se caracteriza por uma ausência da criança do contexto de Acolhimento sem o consentimento de quem o deve legalmente prestar (Bowden & Lambie, 2015). Por estes motivos, no presente estudo consideramos CF, a ausência voluntária da criança de AR, sem consentimento, quer com lugar a pernoita fora, quer sem regresso à instituição na data prevista, após um período de permanência na família.

O fenómeno das fugas pode ser examinado considerando a sua prevalência, nomeadamente em contexto de Acolhimento. Este conhecimento parece estar limitado, em diversos países da União Europeia (European Commission Directorate-General for Justice, 2013), por existir um quadro complexo de definições e categorias associadas ao conceito de *Criança Desaparecida*, bem como uma significativa diversidade de mecanismos de registo, categorização e protocolos de atuação, o que dificulta, ou impossibilita, o conhecimento da sua prevalência, de forma precisa e rigorosa. No Reino Unido, onde este levantamento é efetuado e onde cerca de 1% da infância se encontra em Acolhimento, cerca de 30% das crianças sinalizadas por fuga encontravam-se maioritariamente em AR (Biehal & Wade, 2000). Em Portugal não existem dados oficiais disponíveis, que nos permitam conhecer o número de crianças que adotam CF, ou o número de incidentes deste tipo em AR.

## **2. Fatores Preditores (de Proteção e Risco) do Comportamento de Fuga em Acolhimento**

A literatura organiza os fatores de ocorrência de CF de forma diversa. Kerr e Finlay (2006), numa abordagem qualitativa, categorizaram os fatores de fuga em: 1) fatores de pressão (*push factors*; fatores usualmente relacionados com o contexto, que levam a que as crianças adotem CF); e 2) fatores de atração (*pull factors*; fatores relacionados com influências externas, que levam as crianças a fugir na procura de algo/alguém significativo). Courtney e Zinn (2009) organizaram os preditores da fuga em: 1) características/experiências da criança; 2) características da família; e 3) fatores relacionados com o sistema de proteção. Karam e Robert (2013), num estudo também qualitativo, sugeriram a existência de três grandes categorias, que correspondem a estratégias de *coping*, face a uma necessidade específica da criança: 1) necessidades relacionadas com a reaproximação e o restabelecimento de laços com o seu ambiente natural; 2) necessidade de retomar o controle da sua vida; e 3) necessidades relacionadas com a expressão de sentimentos. Mais recentemente, Bowden e Lambie (2015) sugeriram uma organização de fatores de risco e de proteção para a ocorrência de fugas, relacionados com: 1) fatores individuais das crianças; 2) fatores familiares; 3) fatores relacionados com os pares; e 4) fatores relacionados com o contexto de acolhimento. Para efeitos da

presente revisão, foram usadas apenas as referências que aludiram, especificamente, a investigações em AR ou *Out-of-Home-Care*, de forma mais geral.

No que diz respeito a fatores individuais, várias investigações têm sugerido o aumento do risco da fuga, à medida que a idade aumenta, verificando-se um pico entre os 14 e os 16 anos, altura em que este risco decresce, constituindo os adolescentes o grupo etário que mais frequentemente adota CF (Biehal & Wade, 2000; Courtney et al., 2005; Sunseri, 2003). Courtney e Zinn (2009) assinalaram que a maioria das crianças que fugiram, tinham entrado no sistema de Acolhimento, já na adolescência, indicando que quanto maior a idade da criança à data do seu acolhimento, maior a probabilidade de fuga. Embora alguns autores não tenham encontrado uma associação significativa entre o sexo da criança e as fugas do acolhimento (e.g., Biehal & Wade, 2000), outros indicaram que são as raparigas que têm maior probabilidade de fugir (Courtney et al., 2005; Kim et al., 2013), numa primeira ou subsequente fuga (Courtney & Zinn, 2009).

Quanto ao (des)ajustamento psicológico, vários estudos observaram uma relação significativa entre diagnósticos de problemas de saúde mental, ou problemas emocionais ou de comportamento e fugas em Acolhimento (Biehal & Wade, 2000; Courtney et al., 2005; Courtney & Zinn, 2009), tendo, no estudo de Attar-Schwartz (2013), o desajustamento psicológico surgido como preditor significativo dos CF em AR. Este fator nem sempre reúne consenso na literatura, já que certos diagnósticos de perturbação emocional (e.g., perturbação do espectro do autismo) foram também associados a uma menor probabilidade de fuga (Kim et al., 2013).

As crianças com consumos de SPA foram identificadas como tendo um risco aumentado para a adoção de CF (Courtney et al., 2005), mesmo se esses consumos ocorreram previamente ao acolhimento (Guest, Baker, & Storaasli, 2008).

Atrasos desenvolvimentais ou cognitivos associaram-se negativamente ao fenómeno, diminuindo a probabilidade de fuga (Courtney & Zinn, 2009), o mesmo não acontecendo com as minorias étnicas que alguns autores relacionaram positivamente com estes comportamentos (Courtney et al., 2005; Courtney & Zinn, 2009), apesar de outros não terem encontrado essa associação (Biehal & Wade, 2000; Kim et al., 2013).

No que diz respeito a variáveis contextuais, não foi possível encontrar diferenças significativas quanto à probabilidade de fuga entre jovens acolhidos na região de origem e jovens acolhidos noutra região que não a sua (Sunseri, 2003). No entanto, Taylor e colaboradores (2014) referem, numa abordagem qualitativa, que o afastamento da família foi repetidamente apresentado pelos participantes como um motivo para fugir do

acolhimento. Outros indicadores sugerem que a colocação longe da família/amigos é um fator que promove as fugas do acolhimento, para além de dificultar o acompanhamento por parte dos serviços de proteção e o seu envolvimento com a criança (APPG, 2012). Por sua vez, a presença de irmãos no mesmo contexto de acolhimento parece reduzir drasticamente a probabilidade de ocorrência de fugas, quer as primeiras, quer as subsequentes (Courtney & Zinn, 2009).

No que diz respeito ao tempo em acolhimento, à medida que o número de dias em acolhimento aumenta, diminui a probabilidade de um primeiro ou subsequente incidente de fuga (Courtney et al., 2005), sendo assim o risco de fuga maior nos primeiros meses de acolhimento (Courtney & Zinn, 2009; Guest et al., 2008).

Quanto ao tipo de estrutura de AR, poucas investigações têm estudado o seu impacto nos CF. Attar-Schwartz (2013) não encontrou diferenças significativas nos CF entre diferentes tipos de estruturas de AR, referindo, contudo, que estruturas de AR de maior dimensão apresentavam menos fugas, sendo estes resultados analisados à luz de uma maior supervisão e regulamentação respeitante a CF nestes contextos. A literatura tem, porém, indicado que estruturas de maior dimensão se associam a uma menor individualização de cuidados e oportunidades de relações de vinculação seguras (Delap, 2011). Não foi encontrada nenhuma investigação que explorasse associações entre a tipologia da CA (mistas vs segregadas) e a ocorrência de fugas. Parece, contudo, unânime que a CA ser mista constitui um indicador de qualidade em AR (Del Valle, Bravo, Hernández, & Santos, 2012), conceito que se refere ao grau de adequação dos serviços prestados pelas CAs, às características e às necessidades das crianças acolhidas (Rodrigues, Barbosa-Ducharme, & Del Valle, 2013).

Quanto à influência dos pares na adoção de CF, a vitimização pelos pares em AR (e.g. bullying) tem surgido associada a maior incidência de fuga (Attar-Schwartz, 2013; Biehal & Wade, 2000), ao mesmo tempo que, em estudos qualitativos, este é um dos motivos identificados pelas crianças, para a ocorrência de fugas (Kerr & Finlay, 2006). Relativamente à qualidade da relação com os profissionais da CA, as poucas investigações que se debruçaram sobre este assunto reportaram que os jovens que percecionaram os seus cuidadores como mais apoiantes e menos rígidos, se envolveram menos em fugas (Attar-Schwartz, 2013) e aqueles que menos desenvolveram vínculos positivos com os seus cuidadores, foram aqueles que fugiram de forma mais persistente (Biehal & Wade, 2000). Taylor e colaboradores (2014) referiram que todas as crianças participantes sublinharam a importância de serem apoiadas, ouvidas e compreendidas pelos seus cuidadores, e Kerr e

Finlay (2006) fizeram menção à perspectiva das crianças, de inflexibilidade e falta de razoabilidade das regras impostas, como um dos motivos para a ocorrência de fugas.

As dificuldades com regras e a sua associação a CF em Acolhimento têm sido lidas como dificuldades de adaptação da criança a um ambiente mais estruturado (Biehal & Wade, 2000), mas Taylor e colaboradores (2014) sublinharam que as crianças também valorizam a estrutura e os limites claros, sendo importante que estes sejam comunicados, compreendidos e acordados. Karam e Robert (2013) interpretaram os CF como uma estratégia de *coping* face a necessidades de maior autonomia, já que as crianças reportaram ter fugido por falta de liberdade e rigidez nas regras. Tem sido sugerido que quanto mais oportunidades de participação as crianças tiverem, no processo de definição e estabelecimento de regras, maior é a probabilidade de aquelas serem cumpridas (de Winter & Noom, 2003). Kerr e Finlay (2006) propõem que as crianças em Acolhimento tenham por isso oportunidade de participar na definição de consequências, incentivos, horários de regresso e atividades de ocupação de tempos livres, tendo oportunidade de estar integradas nas comunidades, o que pode ser de grande relevância, se considerarmos que algumas crianças mencionam sentimentos de tédio ou aborrecimento, como motivo para fugirem (Taylor et al., 2014).

### **3. O Presente Estudo**

Do que nos é possível conhecer, não existe à data investigação nacional sobre CF em AR e a investigação internacional sobre a temática tem sido desenvolvida em poucos países (e.g., E.U.A., Reino Unido, Canada), sendo escassa no que diz respeito a variáveis contextuais relacionadas com o impacto que os profissionais em AR podem ter nos CF e no que diz respeito à identificação de fatores de proteção na adoção destes comportamentos (a literatura foca-se essencialmente em fatores de risco). A perspectiva bioecológica na análise do fenómeno tem sido maioritariamente ignorada, e a consideração simultânea de fatores individuais e contextuais pode auxiliar na sua compreensão, contribuindo para o desenvolvimento de políticas e práticas (Bowden & Lambie, 2015). O objetivo geral deste estudo é assim identificar fatores de proteção e de risco na predição dos CF das crianças em AR, equacionando, quer variáveis individuais, quer variáveis de caracterização do contexto de acolhimento, introduzindo uma novidade

na investigação nacional e internacional. Com base na revisão apresentada foram definidas as seguintes hipóteses:

1. A idade das crianças com CF é significativamente superior à das crianças sem CF;
2. O sexo associa-se significativamente aos CF em AR, verificando-se maior probabilidade de as raparigas apresentarem estes comportamentos;
3. As crianças que apresentam CF reportam valores mais altos de indicadores de desajustamento psicológico, particularmente da externalização, do que as crianças sem CF;
4. O consumo de SPA associa-se significativamente aos CF em AR, verificando-se maior probabilidade de crianças que consomem fugirem desse contexto;
5. As crianças com necessidades educativas especiais (NEE) apresentam menor probabilidade de adotar CF;
6. As crianças de minorias étnicas têm maior probabilidade de fugir de AR;
7. Dentro dos fatores individuais é esperado que: ser mais velho, ser do sexo feminino, apresentar maior desajustamento psicológico, consumir SPA e pertencer a uma minoria étnica sejam fatores de risco para a adoção de CF; por outro lado, a presença de NEE deverá constituir-se com um fator protetor para este tipo de comportamentos;
8. A deslocalização geográfica associa-se significativamente aos CF, observando-se maior tendência para as crianças que estejam deslocalizadas da sua região geográfica de origem, apresentarem CF;
9. A presença de irmãos na mesma CA associa-se significativamente a uma menor probabilidade de fuga;
10. O grupo das crianças com CF apresenta, em média, menos tempo de acolhimento do que as crianças sem CF;
11. A estrutura da CA em termos de dimensão e tipologia encontra-se significativamente associada aos CF, observando-se maior probabilidade de fuga nas crianças integradas em CAs grandes e segregadas;
12. As crianças que fogem apresentam médias significativamente superiores de perceção da qualidade da sua relação com pares e cuidadores, bem como sobre as consequências educativas aplicadas, oportunidades de participação e ocupação de tempos livres, comparativamente às crianças que não apresentam CF em AR;

13. Dentro dos fatores contextuais é esperado que a deslocalização geográfica e o acolhimento em CAs grandes e segregadas se constituam fatores de risco para a adoção de CF. Por outro lado, a existência de irmãos na mesma CA, maior tempo de acolhimento, acolhimento em CAs pequenas e mistas e percepção mais positiva da qualidade da relação com pares e cuidadores, bem como sobre as consequências educativas aplicadas, oportunidades de participação e ocupação de tempos livres, se constituam fatores protetores para a não existência de CF em AR.

## **Estudo Empírico**

### **1. Método**

#### **1.1 Participantes**

Neste estudo participaram 354 crianças, integradas em 33 Casas de AR. Destas, 65 (18.4%) foram identificadas pelas CAs, ou por si mesmas, como tendo adotado CF; para as restantes 289 (81.6%) não há relatos de CF. A Tabela 1 apresenta a caracterização das crianças com e sem fugas.

*Tabela 1*

#### **1.2 Instrumentos e Medidas**

**ARQUA-P (Rodrigues, Barbosa-Ducharne, & Del-Valle, 2015).** Consiste num Sistema de Avaliação Compreensiva do Acolhimento Residencial Português, constituído por um conjunto de instrumentos que avaliam a qualidade dos recursos e serviços prestados pelas CA de crianças/jovens. Os dados utilizados na presente investigação foram obtidos através dos seguintes instrumentos que compõem o ARQUA-P: Pedido de Informação Prévia e Entrevista para Crianças e Jovens.

***Pedido de Informação Prévia.*** Este questionário permite caracterizar a CA (e.g., tipologia e dimensão) e recolher informações sociodemográficas de todas as crianças acolhidas (e.g., sexo, idade, tempo em Acolhimento).

***Entrevista para Crianças e Jovens.*** Através de itens respondidos numa escala de *Likert* de 5 pontos (1 = *nada*, 5 = *muito*; e.g., “Os educadores são capazes de manter a

ordem e a tranquilidade na CA”), este instrumento permite recolher dados quanto à avaliação de 12 dimensões de qualidade da CA (e.g., Segurança e Proteção, Normalização e Integração, Participação), que traduzem a percepção da criança da qualidade daquele contexto. No presente estudo foram apenas usados alguns itens considerados de interesse para a temática em estudo (com base na revisão da literatura), convertidos, em função do seu significado e das suas intercorrelações, em variáveis compósitas (ver descrição dos itens nas notas da Tabela 4), a saber:

*Pares da CA.* Resultante de um conjunto de quatro itens significativamente correlacionados entre si (correlações entre .12 e .49,  $p < .05$ ;  $\alpha = .62$ ), esta variável compósita diz respeito à percepção da criança quanto à sua ligação e sentimentos de segurança, relativamente aos seus pares acolhidos na mesma CA.

*Cuidadores da CA.* Diz respeito à proteção, disponibilidade e afeto que a criança percebe nos seus cuidadores da CA, e resulta de sete itens interrelacionados (correlações entre .15 e .57,  $p < .010$ ;  $\alpha = .83$ ).

*Consequências Educativas.* Diz respeito ao tipo de consequências educativas aplicadas na CA, e à sua razoabilidade e equidade (do ponto de vista da criança). Resulta de um conjunto de quatro itens significativamente correlacionados (correlações entre .15 e .41,  $p < .010$ ;  $\alpha = .64$ ).

*Oportunidades de Participação.* Esta variável compósita resulta de um conjunto de quatro itens (correlações entre .16 e .45,  $p < .010$ ;  $\alpha = .65$ ), relacionados com a percepção da criança quanto à sua oportunidade de participação no funcionamento e atividades da CA, bem como a sua satisfação com a mesma.

*Ocupação de Tempos Livres.* Esta variável compósita resulta de um conjunto de cinco itens, significativamente correlacionados entre si (correlações entre .16 e .45,  $p < .010$ ;  $\alpha = .64$ ), que se relacionam com as oportunidades de lazer e normalização proporcionadas pela CA.

**Youth Self Report (YSR; Achenbach et al., 2014).** Este questionário de autorrelato é constituído por 112 itens que permitem avaliar a percepção dos jovens sobre os seus comportamentos, problemas e competências, nos últimos seis meses. Os itens relativos a problemas são respondidos numa escala tipo *Likert* de 3 pontos (0 = *nunca*, 2 = *muito frequente*) e organizam-se em duas grandes escalas: a de Internalização (composta pelas subescalas Ansiedade/Depressão, Isolamento/Depressão e Queixas Somáticas) e a de Externalização (composta pelas subescalas Comportamento Delinvente e Comportamento Agressivo). Existem ainda escalas relacionadas com Problemas Sociais, Problemas de



Pensamento, Problemas de Atenção, Outros Problemas e, adicionalmente, escalas assentes no DSM-5® (American Psychiatric Association, 2013) como Problemas Afetivos, Problemas de Ansiedade, Problemas Somáticos, Défice de Atenção e Problemas de Hiperatividade, Problemas de Oposição e Desafio e Problemas de Comportamento. É um instrumento que tem mostrado boas capacidades psicométricas e está validado e aferido para a população portuguesa (Achenbach et al., 2014). Neste estudo, a consistência interna (alfa de *Cronbach*) das escalas variou entre .61 e .96 (cf. Tabela 2).

### 1.3 Procedimentos

**Seleção da amostra.** O presente estudo enquadra-se num projeto de investigação mais alargado que tem o objetivo de avaliar a qualidade do AR em Portugal, junto de uma amostra representativa nacional de 90 CA, selecionadas aleatoriamente. Incide numa subamostra de 33 destas CA (36.6% da amostra global), nas quais foram estudados os CF. É importante referir que, para além das 65 crianças com fugas que participaram no estudo, foram identificadas pelas CA mais 48 crianças com estes comportamentos, que não puderam ser entrevistadas, por estarem em fuga, ou ausentes, no momento de recolha de dados. Isto perfaria um total de 113 crianças com fugas, o que corresponderia a uma frequência de 28.1% numa amostra total de 402 crianças.

**Recolha de dados.** Os dados do Pedido de Informação Prévia foram preenchidos pela CA antecipadamente à visita de avaliação. Os restantes dados foram recolhidos, durante a visita ao contexto, por uma equipa de investigadores com formação na metodologia ARQUA-P. Todas as CA participaram voluntariamente no estudo, assinando o respetivo consentimento informado. O carácter voluntário desta participação estendeu-se às crianças e a confidencialidade dos dados foi garantida, atribuindo-se códigos de identificação a todos os participantes.

**Análises de dados.** Os dados foram analisados através do programa estatístico IBM SPSS *Statistics* para Macintosh, versão 24.0. As análises iniciaram-se pela confirmação da normalidade de todas as variáveis, bem como pela não existência de *outliers*. Uma vez que a variável “tempo em acolhimentos anteriores” não apresentou distribuição normal, as análises que a incluíram foram realizadas com recurso a testes não paramétricos. A fim de comparar as crianças com CF vs crianças sem CF (variável nominal dicotómica), ao nível de um conjunto de variáveis individuais e do contexto, foram realizadas análises de associação através do qui-quadrado (no caso das variáveis de caracterização serem nominais) e diferenças de médias, recorrendo ao teste *t* de *Student* para

amostras independentes (no caso de variáveis métricas). A fim de estudar os fatores (de proteção e risco) preditores do CF recorreu-se a análises de regressão logística binária. Foram exploradas análises de regressão logística para preditores individuais e contextuais, separadamente, e dentro dos fatores contextuais foram explorados modelos em função do sexo. Recorreu-se ao método *Enter* e os pressupostos de linearidade da relação entre as variáveis e ausência de multicolinearidade foram verificados. A variância explicada do modelo foi verificada através dos pseudo  $R^2$  de *Cox e Snell* e *Nagelkerke* e o seu ajustamento aos dados por meio do teste qui-quadrado de *Hosmer e Lemeshow* (que compara as frequências observadas [real] com as esperadas [preditas] e que deve ser não significativo). Para o modelo ter valor preditivo o teste qui-quadrado de Omnibus deverá ser significativo.

## 2. Resultados

### 2.1 Crianças Com CF vs Sem CF: Comparações em Variáveis Individuais

**Idade e sexo.** As crianças com fugas eram significativamente mais velhas ( $M = 15.78$ ,  $DP = 1.54$ ) do que as crianças sem fugas ( $M = 13.71$ ,  $DP = 3.59$ ),  $t(238.28) = 7.31$ ,  $p < .001$ ,  $d = 0.75$ , IC a 95% [-1.52, 2.64]. Não se observou uma associação significativa entre o sexo e a existência de fugas,  $\chi^2(1) = 0.90$ , *ns*.

**(Des)ajustamento psicológico.** No que diz respeito aos resultados obtidos na *YSR*, há diferenças significativas entre o grupo das crianças com e sem CF, verificando-se que as crianças com CF reportaram significativamente mais indicadores de problemas de ajustamento ao nível dos Comportamentos Delinquentes, Externalização e Problemas de Comportamento de acordo com o DSM-5. Observaram-se, ainda, diferenças marginalmente significativas, mas com tamanho de efeito moderado, no Isolamento/Depressão e Comportamento Agressivo. A Tabela 2 apresenta as estatísticas descritivas destas variáveis, para cada um dos grupos, as estatísticas relativas à comparação entre os grupos (com e sem CF), bem como a distribuição ( $n$  e %) de crianças por valores normais, limítrofes e clínicos, de acordo com as normas de aferição do *YSR*. A percentagem de valores clínicos de crianças com CF é sempre semelhante ou superior à percentagem de crianças sem CF, à exceção dos problemas sociais e queixas somáticas, onde a percentagem de valores clínicos das crianças sem CF é superior.

*Tabela 2*

**Outras variáveis.** O consumo de SPA associou-se significativamente à existência de CF,  $\chi^2(1) = 20.66$ ,  $p < .001$ ,  $\Phi = 0.25$ , verificando-se que as crianças que consomem SPA têm maior probabilidade de apresentar CF. Por sua vez, a existência de NEE,  $\chi^2(1) = 0.67$ , *ns*, e a pertença a uma minoria étnica,  $\chi^2(1) = 0.63$ , *ns*, não se associaram significativamente ao CF.

## 2.2 Preditores Individuais para a Adoção de CF: Fatores de Proteção e Risco

A Tabela 3 apresenta os resultados da regressão logística binária utilizada para identificar os fatores individuais (todos os anteriormente identificados) que predizem CF em AR. No que diz respeito ao desajustamento psicológico, e considerando o número elevado de medidas, foram apenas utilizadas as três subescalas com diferenças significativas entre os dois grupos (Isolamento/Depressão, Comportamento Delinquente e Comportamento Agressivo). A escala de Externalização e Problemas de comportamento DSM não foram incluídas por resultarem das subescalas e apresentarem efeitos de multicolineariedade. O modelo final foi capaz de prever significativamente a adoção de CF,  $\chi^2$  de *Omnibus* (8) = 23.06,  $p = .003$ , explicando 9.6% a 14.9% da variância, e apresentou bons índices de ajustamento aos dados,  $\chi^2$  de *Hosmer* e *Lemeshow* (8) = 9.246, *ns*. O modelo foi capaz de classificar corretamente 77.6% dos casos e identificou três preditores significativos (cf. Tabela 3). O sexo feminino, a existência de comportamentos delinquentes e o consumo de SPA associaram-se com uma maior probabilidade para a adoção de CF (OR > 1; cf. Tabela 3). Ser rapariga, comparativamente a ser rapaz, aumenta cerca de duas vezes a probabilidade de fuga (OR = 2.21), assim como consumir SPA (OR = 2.53). Por sua vez, por cada unidade da variável comportamento delinquente, a probabilidade de fuga aumenta em 1.12. Face à predição significativa do sexo foram explorados modelos de preditores individuais por sexo, separando rapazes e raparigas, não se tendo observado diferenças entre os dois modelos.

*Tabela 3*

## 2.3 Crianças Com CF vs Sem CF: Comparações em Variáveis Contextuais

**Deslocalização geográfica.** A deslocalização geográfica do acolhimento não se associou significativamente aos CF,  $\chi^2(1) = 0.48$ , *ns*.

**Existência de irmãos na mesma CA.** Verificou-se uma associação significativa entre a existência de irmãos na mesma CA e a existência de CF, sendo que as crianças com

irmãos na mesma CA têm significativamente menor probabilidade de fugir do que as que não têm irmãos na mesma CA,  $\chi^2(1) = 18.55, p < .001, \phi = -0.24$ . Não se encontrou uma associação significativa entre CF e a existência de irmãos noutras CAs,  $\chi^2(1) = 0.87, ns$ .

**Tempo em acolhimento.** Não se encontraram diferenças estatisticamente significativas, entre o grupo das crianças com CF e o grupo das crianças sem CF, no tempo de acolhimento na CA atual,  $t(135.44) = 1.70, ns$ , nem no tempo em acolhimentos anteriores,  $U = 6068.00, ns$ . No entanto, quando considerado o tempo total de acolhimento (acolhimento atual + anteriores), verificou-se que as crianças com CF têm significativamente menos tempo de acolhimento total ( $M = 33.59, DP = 30.59$ ), do que as que não fogem ( $M = 46.95, DP = 51.20$ ),  $t(134.60) = -2.56, p = .012, d = -0.32$ , IC a 95% [-23.69, 3.03].

**Tipologia e dimensão.** A análise do qui-quadrado indicou uma associação significativa entre a tipologia da CA e a existência de fugas,  $\chi^2(2) = 14.54, p = .001, V = 0.20$ , verificando-se que as crianças integradas em CAs mistas têm significativamente menor probabilidade de fugir do que as que integram CAs segregadas (femininas e masculinas). Já no que diz respeito à dimensão da CA, não se verificou uma associação significativa com a existência de fugas,  $\chi^2(2) = 0.47, ns$ .

**Variáveis compósitas da percepção da criança sobre a qualidade do contexto.** Foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre o grupo das crianças com CF e o grupo das crianças sem CF, quanto à avaliação que fazem da ligação e segurança que sentem junto dos seus pares na CA (variável compósita “Pares da CA”); dos sentimentos de proteção, disponibilidade e afeto por parte dos cuidadores da CA e da ocupação de tempos livres, oportunidades de lazer e normalização proporcionadas pela CA. Nas três variáveis, as crianças com CF revelaram uma percepção significativamente menos positiva (médias mais baixas), comparativamente às crianças sem CF. Não se encontraram diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos, na avaliação que fazem quanto ao tipo de consequências educativas aplicadas na CA, nem quanto a oportunidades de participação no funcionamento, atividades e satisfação na CA. A Tabela 4 apresenta as diferenças entre os dois grupos nestas variáveis compósitas.

#### *Tabela 4*

## **2.4 Preditores Contextuais para a Adoção de CF: Fatores de Proteção e Risco**

A Tabela 5 apresenta os resultados da regressão logística binária utilizada para identificar os preditores contextuais. O modelo final foi capaz de prever

significativamente a adoção de CF,  $\chi^2$  de *Omnibus* (10) = 51.16,  $p < .001$ , explicando 16.1% a 25.9% da variância, e apresentou bons índices de ajustamento aos dados,  $\chi^2$  de *Hosmer* e *Lemeshow* (8) = 9.56, *ns*. O modelo foi capaz de classificar corretamente 83.9% dos casos e identificou cinco preditores significativos (cf. Tabela 5). Estar acolhido numa CA segregada, comparativamente a uma CA mista, aumenta quase três vezes mais a probabilidade das crianças fugirem (OD = 2.75). Da mesma forma, por cada unidade que a avaliação das crianças quanto à sua participação aumenta, a probabilidade de fuga aumenta em 2.22 (cf. Tabela 5). Por outro lado, a existência de irmãos na mesma CA diminui a probabilidade de ocorrência de fuga em quase 4 vezes (OR = 0.28). Na mesma linha, o aumento de uma unidade na avaliação da relação com os cuidadores da CA (OR = 0.55) e da ocupação de tempos livres nesse contexto (OR = 0.55), reduz quase em 2 vezes essa probabilidade.

*Tabela 5*

### **2.5 Preditores Contextuais para a Adoção de CF, por Sexo: Fatores de Proteção e Risco**

Uma vez que se observou que o sexo era um preditor individual do CF estaticamente significativo (cf. Tabela 3), foram explorados modelos de predição de fatores contextuais em função do sexo, tendo-se observado diferenças nos dois modelos, descritos na Tabela 6. No modelo para rapazes, dos preditores anteriores apenas a tipologia da casa se manteve como preditor significativo (mantendo-se como fator de risco à fuga). No modelo das raparigas, a existência de irmãos na mesma CA e a relação com os cuidadores (como fatores protetores) e a participação como fator de risco, mantiveram-se como preditores significativos. O tempo de acolhimento também se revelou marginalmente significativo nas raparigas ( $p = .051$ ; cf. Tabela 6).

*Tabela 6*

### **3. Discussão**

Os resultados do presente estudo identificaram um conjunto de fatores individuais da criança acolhida e fatores contextuais da CA que predizem o CF em AR. Algumas variáveis foram identificadas como fatores protetores à não ocorrência de fuga (irmãos na mesma CA, qualidade da relação com os cuidadores e qualidade da ocupação dos tempos livres), enquanto outras foram identificadas como fatores de risco para a adoção do

comportamento (sexo feminino, existência de comportamentos delinquentes, consumo de SPA, CA segregada e qualidade da participação).

Confirmando a primeira hipótese do estudo, os resultados mostraram que as crianças com fugas são significativamente mais velhas do que as crianças sem fugas, tal como havia sido observado em estudos internacionais (e.g., Biehal & Wade, 2000). Estes dados entendem-se à luz da etapa desenvolvimental da adolescência, na qual se acentuam necessidades de liberdade, autonomia e autossuficiência. Apesar de as diferenças entre os dois grupos serem significativas, a idade não foi identificada como um preditor significativo da fuga em AR.

Embora não se tenha observado uma associação significativa entre o sexo e os dois grupos em estudo, rejeitando-se a segunda hipótese, ser rapariga, comparativamente a ser rapaz, apresentou-se como um fator de risco para a adoção de CF, aumentando cerca de duas vezes a sua probabilidade. Alguns estudos encontraram os mesmos dados (Courtney & Zinn, 2009; Kim et al., 2013), mas a investigação não tem sido capaz de os explicar, sendo sublinhada a necessidade de mais pesquisa que considere diferentes motivos na adoção de CF, em rapazes e raparigas (Bowden & Lambie, 2015). A presente investigação pode introduzir alguma compreensão sobre as diferenças entre rapazes e raparigas, quanto à proteção e risco na adoção de CF, ao ter estudado os preditores em função do sexo.

A terceira e quarta hipótese, que sugerem que as crianças que apresentam CF têm médias superiores de desajustamento psicológico, particularmente ao nível dos comportamentos de externalização, e que o consumo de SPA se associa significativamente aos CF, foram confirmadas, o que também tem sido sustentado na literatura (Sunseri, 2003; Courtney & Zinn, 2009). O comportamento delinvente (também associado na investigação ao fenómeno; Guest et al., 2008) e o consumo de SPA aumentaram entre uma a duas vezes o CF. Estes dados sugerem a necessidade de existir uma avaliação rigorosa, quer de problemas de saúde mental, quer de consumos, garantindo-se às crianças apoio psicológico e/ou psiquiátrico com a frequência ajustada às suas necessidades, quer previamente ao AR (Courtney et al., 2005), quer durante a sua permanência neste contexto.

Neste estudo a existência de NEE não se associou significativamente à adoção de CF nem se constituiu como um fator de proteção, apesar de investigação internacional ter sustentado essa formulação de hipótese (Courtney & Zinn, 2009). Atribui-se às crianças com atrasos cognitivos ou desenvolvimentais uma maior dependência dos seus cuidadores e possivelmente melhor supervisão adulta, como fator explicativo para uma menor probabilidade de fuga (Courtney & Zinn, 2009). A variável em análise neste estudo foi a

de NEE, que não corresponde necessariamente a um diagnóstico de comprometimento cognitivo, o que pode ter enviesado a confirmação da hipótese.

Apesar de algumas investigações internacionais terem encontrado associações entre a etnia e a adoção de CF (e.g., Courtney & Zinn, 2009), neste estudo a pertença a uma minoria étnica não se associou significativamente a estes comportamentos (rejeição da hipótese seis), nem predisser significativamente a fuga. Uma explicação pode ser a de que as minorias étnicas estão sobre representadas em algumas regiões geográficas ou países, em detrimento de outros.

No que diz respeito aos fatores contextuais, a deslocalização geográfica não se associou significativamente à existência de CF em AR, o que refuta a hipótese oito. Esta variável merece mais investigação já que, em estudos qualitativos, as crianças têm referido que a separação da família é um motivo para a adoção de CF (Taylor et al., 2014). Uma explicação para os resultados deste estudo pode relacionar-se com o critério de deslocalização usado, ou seja, distância igual ou superior a 25 km entre a CA e a região de origem da criança, que pode considerar-se uma distância curta, principalmente se existirem acessos e meios de transporte que evitem o desenraizamento total da criança do seu meio de origem e do contacto com família/amigos.

A segunda alteração à LPCJP vem realçar a importância da família junto das crianças em AR, introduzindo o preceito que a criança tem o direito a ser acolhida próxima do seu contexto familiar/social de origem. Os resultados deste estudo vêm ao encontro da relevância da família, confirmando-se a nona hipótese, e identificando-se a presença de irmãos na mesma CA como fator protetor à ausência de CF, particularmente nas raparigas. O motivo apresentado pelas crianças, de que a fuga ocorre para uma maior proximidade com a família, auxilia a compreender que a presença de irmãos no mesmo contexto se constitua como um fator de proteção (Courtney et al., 2005). Apesar dos dados não nos permitirem compreender na totalidade porquê que é, particularmente nas raparigas, que este é um fator de proteção, podemos avançar com hipóteses culturais que podem levar a que as raparigas interiorizem mais o desempenho de papéis que implicam a sua presença junto dos irmãos.

As crianças com CF têm significativamente menos tempo de acolhimento do que as que não fogem, confirmando-se a décima hipótese. Estes resultados podem indicar a existência de um período crítico de adaptação ao contexto, durante o qual as fugas se podem exacerbar (embora a não existência de fugas neste período não signifique linearmente que a criança está adaptada) (Guest et al., 2008).

Apesar de não se ter encontrado investigação que suporte que uma CA de pequena dimensão se associa a menos fugas, existem estudos que sugerem uma menor oportunidade para o estabelecimento de relações de vinculação seguras em estruturas de maior dimensão (Delap, 2011). Por esse motivo, considerou-se haver maior probabilidade de fugas em CAs grandes e o acolhimento nestas estruturas um fator de risco na adoção CF, o que não se veio a confirmar. Outros critérios associados à dimensão da CA mereceriam exploração, tais como os ratios de criança por cuidador, ou, mais globalmente, a qualidade do contexto.

De forma compatível com as hipóteses formuladas, os resultados indicaram que as crianças integradas em CAs mistas têm significativamente menor probabilidade de fugir do que as que integram CAs segregadas (femininas e masculinas). Estar acolhido numa CA segregada, comparativamente a uma CA mista, constituiu-se como fator de risco, aumentando três vezes a probabilidade das crianças fugirem, particularmente as do sexo masculino. Embora os dados não permitam avançar com hipóteses explicativas desta particularidade nos rapazes, podem ser entendidos à luz das necessidades de normalização das crianças em AR, face aos seus pares em MNV (Del Valle et al., 2012).

A 13<sup>a</sup> hipótese foi parcialmente confirmada. Congruente com a investigação internacional (Kerr & Finlay, 2006), os resultados indicaram que as crianças com CF têm uma perceção mais negativa quanto à ligação/segurança que sentem junto dos seus pares na CA. Estes dados sugerem a necessidade de identificação das crianças mais vulneráveis para maior supervisão/apoio por parte dos cuidadores.

De forma compatível com a investigação internacional (Attar-Schwartz, 2013; Taylor et al., 2014) as crianças que fogem têm uma perceção significativamente mais negativa quanto aos sentimentos de proteção, disponibilidade e afeto por parte dos cuidadores da CA, revelando-se a qualidade da relação com os cuidadores um fator de proteção à não manifestação de fugas, principalmente nas raparigas. Embora os resultados indiquem claramente que os cuidadores em AR têm um papel crucial na adoção ou prevenção das fugas, sublinhando a importância da sua ligação com a criança, da compreensão e do suporte que lhe prestam, não permitem perceber porque são as raparigas mais permeáveis à qualidade da relação com os cuidadores na CA, na prevenção das fugas, pelo que este tópico merece maior atenção futura dos investigadores.

Relativamente à ocupação de tempos livres, as crianças com fugas têm uma perceção mais negativa do que os que não fogem, apresentando-se este como um fator de proteção na adoção de CF. Estes dados sugerem a importância de se proporcionar às crianças em AR o envolvimento em atividades do seu interesse, e em sintonia com a etapa



desenvolvimental em que se encontram, contrabalançando o desejo de liberdade (típico da adolescência) com a permanência num contexto interessante, que pode prevenir a fuga (Courtney et al., 2005; Kerr & Finlay, 2006).

Por fim, contrariando a hipótese formulada, a participação da criança surgiu como um preditor significativo para a adoção de CF, mas como fator de risco. Ou seja, quanto melhor é a perceção da criança quanto à sua oportunidade de participação no funcionamento e atividades da CA, bem como a sua satisfação com a mesma, maior é o risco de fuga, principalmente nas raparigas. Embora se considere que esta variável necessita de melhor clarificação quanto ao impacto que tem nos CF, e por que motivo constitui um fator de risco, poderíamos avançar com a suposição de que a participação confere poder à criança na tomada de decisões, promove a sua autonomia e, concomitantemente, a sua capacidade de assumir riscos, nomeadamente pela adoção de CF. Estes resultados não devem ser lidos no sentido de retirar valor à participação das crianças em AR, que deve sempre ser entendida como um direito nos termos da LPCJP, bem como uma estratégia educativa que promove o desenvolvimento e o bem-estar da criança (Del Valle et al., 2012).

#### **4. Conclusões e Implicações para a Prática**

Os resultados deste estudo trazem importante evidência empírica para a investigação nacional e internacional nesta área, constituindo-se um relevante contributo para a compreensão do fenómeno em Portugal, podendo orientar políticas e práticas, com base na evidência científica. Apesar de ter envolvido um número elevado de participantes, deve notar-se que os resultados advêm de uma subamostra de 33 CA que não é representativa e, por esse motivo, a leitura dos resultados deve ser feita com cautela.

Este estudo contribuiu para o enriquecimento da literatura/investigação sobre AR em Portugal, ao introduzir a temática das fugas neste contexto, tendo por base a conjugação de fatores individuais e contextuais e na análise de preditores por sexo. Contrariando-se a tendência em efetuar investigação nesta área na perspetiva do adulto (Taylor et al., 2014), este estudo trouxe ainda a perspetiva da criança, o que vem ao encontro do direito que lhe é consagrado nacional e internacionalmente, de participação em todos os assuntos do seu interesse.

O fenómeno dos CF em AR é complexo e parece ser influenciado por diferentes fatores, nomeadamente familiares que neste estudo não foram tidos em consideração. Estes

e outros fatores relacionados com o contexto, nomeadamente os relacionados com o impacto que as Direções têm no desempenho dos profissionais deverão ser alvo de atenção privilegiada dos investigadores.

A resposta prestada pelas CA deve ajustar-se à etapa desenvolvimental das crianças que acolhem e considerar as tarefas primordiais de desenvolvimento que lhe estão associadas. Os adolescentes, significativamente associados aos CF, procuram a identificação e união a grupos de pares, bem como autonomia, valores estes nem sempre compatíveis com os regimes de funcionamento das CA. O impacto dos consumos de SPA e dos problemas de ajustamento psicológico na adoção de CF devem ser encarados com seriedade. Há necessidade de abordar ambas as problemáticas de forma preventiva em MNV e em AR, através da implementação de programas de prevenção de comportamentos aditivos (e.g. Programa Eu e os Outros – SICAD) e através da disponibilização de meios que permitam a estas criança o acesso a acompanhamento psicológico e/ou pedopsiquiátrico regular e ajustado às suas necessidades.

Não se nega que as crianças em AR com fugas evidenciam maior desajuste psicológico. No entanto, o impacto que outros fatores têm no CF (nomeadamente os contextuais), não pode ser minimizado. Karam e Robert (2013) sugerem que a fuga de AR pode ser vista como um mecanismo de resposta ajustado, perante uma situação sob a qual a criança não tem controlo. Esta perspetiva pode auxiliar os profissionais a concentrarem a sua atenção no que representa, ou o que procura a criança expressar, com a sua fuga.

Os dados deste estudo indicam que as raparigas em concreto, que estão maior risco de fuga, podem contrabalançar esse risco, através do desenvolvimento de relações seguras e de proximidade com os seus cuidadores em AR. Estes dados conduzem a uma reflexão sobre a seleção dos profissionais de AR, que deve ser um processo rigoroso, assente na avaliação, quer do perfil humano para o desempenho destas funções, quer da formação adequada às necessidades específicas das crianças em AR (Courtney et al., 2005). Além disso, os ratios de criança por cuidador devem ser tidos em consideração, já que a individualização de cuidados e a personalização de relações exige disponibilidade de tempo e consistência. A previsibilidade e consistência em AR, tão necessárias para a estabilização de crianças que sofreram sérias descontinuidades ao longo do seu desenvolvimento, podem ser comprometidas pelos baixos vencimentos prestados, já que estes podem levar a sucessivos despedimentos e admissões em curtos períodos de tempo (APPG, 2012).

As Direções das instituições podem também ter um impacto significativo em toda

a dinâmica da CA. O desempenho dos profissionais em concreto pode ser influenciado pelos elementos das Direções pois os mesmos podem não evidenciar um trato digno junto dos profissionais, modelando, eventualmente, o mesmo tipo de interação com as crianças (Taylor et al., 2014). Podem também não mostrar uma liderança clara, contribuindo para uma baixa moral nas equipas (Biehal & Wade, 2000) e para a falta de coesão na atuação dos profissionais. De particular relevância parece ser também o papel destes elementos, na disponibilização de meios que facilitem quer o acesso a cuidados de saúde mental, compatíveis com as necessidades das crianças, quer a ocupação de tempos livres das crianças em AR. Este último fator revelou-se como protetor na adoção de fugas, o que nos leva a refletir sobre a importância de as crianças terem acesso a atividades, por um lado compatíveis com os seus interesses e etapa desenvolvimental, e por outro que introduzam novidade no contacto com realidades culturais não experimentadas previamente em MNV.

A segurança das crianças em AR deve ser tida em consideração, quanto à relação com os pares nesse contexto. Para além da supervisão e sensibilidade dos profissionais na proteção das crianças-vítimas, a implementação de programas de prevenção de relações abusivas entre pares em AR (e.g., Houses of Empathy, Par – Respostas Sociais), é essencial. Não é possível concebermos uma CA que oferece tanto, ou maior risco do que o contexto familiar, do qual a criança foi retirada, precisamente para a sua proteção.

A deslocalização geográfica das crianças, face à sua região de origem deve ser encarada com cautela *per se*, desde logo porque pode resultar num pobre acompanhamento por parte dos serviços de proteção que gerem o Processo (APPG, 2012) e que, por razões de competência territorial, se mantém no distrito da família. Face aos resultados deste estudo, diríamos ainda que há necessidade de cautela acrescida com uma deslocalização, se usada como recurso para a contenção de CF, no âmbito de transferências institucionais. Estas devem ser analisadas com reserva dada a existência de um período sensível de adaptação ao contexto que pode exacerbar o comportamento. Também a instabilidade do acolhimento e um maior número de acolhimentos se tem associado noutros estudos à adoção de CF (Courtney & Zinn, 2009). A LPCJP já consagra à criança o direito a não ser transferida de CA, importando agora que a prática lhe corresponda, já que com este procedimento, as causas que originam o CF podem não ser abordadas, deslocando-se apenas o problema para outro contexto.

A presença de irmãos na mesma CA, que se constituiu como um fator protetor, leva-nos à reflexão sobre a prática de separação de irmãos (que contraria o direito

consagrado às crianças em AR, pela LPCJP) e que deve requerer uma maior oferta de CAMISTAS viabilizando a manutenção dos irmãos em conjunto.

Há necessidade de maior atenção (política, prática e científica) quanto aos CF em AR. A recolha de dados sistemática e nacional (possivelmente enquadrada no levantamento já efetuado para o relatório CASA do ISS.IP) parece fundamental para o conhecimento da dimensão do problema e características (individuais e contextuais) que lhe estão associadas. Há necessidade de definir procedimentos nacionais de prevenção e atuação no fenómeno e todo o processo de encaminhamento das crianças para as CA deve ser pensado, tendo em conta os fatores de risco (quer individuais, quer contextuais) que podem indicar maior probabilidade de fuga.

Uma avaliação independente da qualidade do AR em Portugal é fundamental para que se trilhem caminhos na implementação de um novo paradigma. Para fazer face ao fenómeno das fugas, os resultados deste estudo reforçam a necessidade do estabelecimento de culturas terapêuticas em AR, o que só é possível com toda uma intervenção que reequacione a estrutura e tipologia das CA, bem como a formação, o perfil e a disponibilidade dos profissionais. O perfil e funções das Direções necessita de regulamentação, e é essencial a prestação de supervisão a todos os profissionais que trabalham em AR, independentemente das suas funções. A união de esforços da comunidade científica, dos profissionais no terreno e das forças políticas pode contribuir para que estes preceitos sejam alcançados.

## Referências

- Abrahams, C., & Mungall, R. (1992). *Runaways: Exploding the myths*. London: National Children's Home.
- Achenbach, T., Rescorla, L., Dias, P., Ramalho, V., Lima, V. S., Machado, B. C., & Gonçalves, M. (2014). *Manual do Sistema de Avaliação Empiricamente Validado (ASEBA) para o Período Pré-Escolar e Escolar*. Braga: Psiquilíbrios Edições.
- American Psychiatric Association. (2013). *Diagnostic and statistical manual of mental disorders (DSM-5)*. American Psychiatric Pub.
- APPG Inquiry into children missing from care (2012). *Report from the joint inquiry into children who go missing from care*. (No. 1). London, UK: APPG.
- Attar-Schwartz, S. (2013). Runaway behaviour among adolescents in residential care: The role of personal characteristics, victimisation experiences while in care, social climate, and institutional factors. *Children and Youth Services Review*, 35(2), 258-267. doi:10.1016/j.chilyouth.2012.11.005
- Biehal, N., & Wade, J. (1999). Taking a chance? The risks associated with going missing from substitute care. *Child Abuse Review*, 8(6), 366-376.
- Biehal, N., & Wade, J. (2000). Going missing from residential and foster care: Linking biographies and contexts. *British Journal of Social Work*, 30(2), 211-225. doi:10.1093/bjsw/30.2.211
- Bowden, F., & Lambie, I. (2015). What makes youth run or stay? A review of the literature on absconding. *Aggression and Violent Behavior*, 25, 266-279. doi:10.1016/j.avb.2015.09.005.
- Bronfenbrenner, U. (2001). The bioecological theory of human development. In N. J. Smelser & P. B. Baltes (eds.). *International encyclopedia of the social and behavioral sciences* (vol. 10, pp. 6963-6970). New York: Elsevier.
- Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (2017). *Relatório de avaliação da atividade das CPCJ em 2016*. Retirado de: [http://www.cnpcjr.pt/preview\\_documentos.asp?r=6508&m=PDF](http://www.cnpcjr.pt/preview_documentos.asp?r=6508&m=PDF)
- Courtney, M., Skyles, A., Miranda, G., Zinn, A., Howard, E., & Goerge, R. (2005). *Youth who run away from substitute care*. (No. 103). Chicago, IL: Chaplain Hall Center for Children at the University of Chicago.
- Courtney, M. E., & Zinn, A. (2009). Predictors of running away from out-of-home care. *Children and Youth Services Review*, 31(12), 1298-1306.

doi:10.1016/j.chilyouth.2009.06.003.

- Del Valle, J. F., Bravo, A., Hernández, M., & Santos, I. S. (2012). *Equar: Estándares de calidad en acogimiento residencial*. Madrid: Ministerio de Sanidad, Servicios Sociales e Igualdad.
- de Winter, M., & Noom, M. (2003). Someone who treats you as an ordinary human being: Homeless youth examine the quality of professional care. *British Journal of Social Work*, 33(3), 325-337. doi:10.1093/bjsw/33.3.325
- Delap, E. (2011). *Scaling down: Reducing, reshaping and improving residential care around the world* (1-43). London: EveryChild. Retirado de: <http://www.crin.org/en/docs/Scaling%20Down%20.pdf>
- European Commission, Directorate-General for Justice. (2013). *Missing Children in the European Union: Mapping, data collection and statistics*. Luxemburgo: Publications Office of the European Union.
- Guest, K., Baker, A., & Storaasli, R. (2008). The problem of adolescent AWOL from a residential treatment center. *Residential Treatment for Children & Youth*, 25(4), 289-305. doi: 10.1080/08865710802533431
- Instituto de Apoio à Criança (2008). *Boletim do centro de estudos e documentação sobre infância do Instituto de Apoio à Criança*, 4. Lisboa: Instituto de Apoio à Criança.
- Instituto da Segurança Social, I.P. (2017). *CASA 2016: Caracterização Anual da Situação de Acolhimento de Crianças e Jovens*. Lisboa: ISS,IP.
- Karam, R., & Robert, M. (2013). Understanding runaway behaviour in group homes: What are runaways trying to tell us? *Journal of Community Positive Practices*, 13(2), 69-79. Retirado de: <http://www.jppc.ro/reviste/JCPP%20Nr.%202%202013/articole/art06.pdf>
- Kerr, J., & Finlay, J. (2006). *Youth running from residential care: "the push" and "the pull"*. Ontario, Canada: Office of Child and Family Service Advocacy.
- Kim, H., Chenot, D., & Lee, S. (2013). Running away from out-of-home care: A multilevel analysis. *Children & Society*, 29(2), 109-121. doi: 10.1111/chso.12019
- Lei nº 147/99, de 1 de Setembro – Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo. Lisboa: Diário da República.
- Lei nº 31/2003, de 22 de Agosto – Altera a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo. Lisboa: Diário da República.
- Lei nº 142/2015, de 8 de Setembro – Segunda alteração à Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, aprovada pela Lei nº 147/99, de 1 de Setembro. Lisboa: Diário

da República.

Par – Respostas Sociais (2017). *Manual do Programa Anti-Bullying Houses of Empathy*.

Lisboa: Par. Retirado de: <http://par.org.pt/en/manual-houses-of-empathy/>

Rodrigues, S., Barbosa-Ducharne, M., & Del Valle J. F. (2013). La calidad del acogimiento residencial en protección infantil: Un análisis comparativo de la realidad española e portuguesa. *Papeles del Psicólogo*, 34(1), 11-22.

Rodrigues, S. Barbosa-Ducharne, M., & Del Valle, J. F. (2015). *ARQUA-P: Sistema Compreensivo de Avaliação da Qualidade do Acolhimento Residencial Português*©. Registo 2650/2015. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura, Inspeção-Geral das Atividades Culturais - Direção de Serviços de Propriedade Intelectual.

Sunseri, P. A. (2003). Predicting treatment termination due to running away among adolescents in residential care. *Residential Treatment for Children & Youth*, 21(2), 43-60. doi:10.1300/J007v21n02\_03

Taylor, J., Bradbury-Jones, C., Hunter, H., Sanford, K., Rahilly, T., & Ibrahim, N. (2014). Young people's experiences of going missing from care: A qualitative investigation using peer researchers. *Child Abuse Review*, 23(6), 387-401. doi:10.1002/car.2297

Tabela 1

*Descritivas dos Participantes: Crianças Sem e Com Comportamentos de Fuga*

	Sem Fuga (n = 289)		Com Fuga (n = 65)	
	M (DP)	Min.- Máx.	M (DP)	Min.- Máx.
Idade	13.71 (3.59)	6 - 25	15.78 (1.54)	11 - 19
Tempo <sup>a</sup> de acolhimento na CA atual	35.86 (38.71)	1 - 192	29.12 (26.22)	2 - 111
Tempo <sup>a</sup> em acolhimentos anteriores	11.13 (27.45)	0 - 156	5.80 (16.41)	0 - 84
Número de irmãos na mesma CA	1.39 (0.64)	1 - 3	1.38 (0.74)	1 - 3
Número de irmãos noutra CA	1.34 (0.66)	1 - 4	1.17 (0.41)	1 - 2

  

	Sem Fuga (n = 289)		Com Fuga (n = 65)	
	n	%	n	%
Sexo feminino	143	49.5%	37	56.9%
Sexo masculino	146	50.5%	28	43.1%
Consumo substâncias psicoativas	37	12.8%	24	37.5%
Necessidades educativas especiais	69	24.1%	12	18.5%
Mínoria étnica	45	15.6%	7	10.8%
Deslocalização área residência (>25 Km)	105	36.6%	27	42.2%
Existência de irmãos na mesma CA	119	42.2%	8	12.5%
Existência de irmãos noutra CA	41	14.8%	6	9.4%
CA mista	168	58.1%	21	32.3%
CA segregada feminina	63	21.8%	21	32.3%
CA segregada masculina	58	20.1%	23	35.3%
CA pequena ( $\leq$ 12 crianças)	61	21.1%	12	18.5%
CA média (13-24 crianças)	116	40.1%	25	38.5%
CA grande ( $\geq$ 25 crianças)	112	38.8%	28	43.1%

*Nota:* as variáveis número de irmãos da mesma Casa de Acolhimento (CA) e número de irmãos noutra CA têm moda de 1.

<sup>a</sup> tempo em meses



Tabela 2

*Escalas do YSR: Comparação Crianças Sem Comportamentos de Fuga Vs Crianças com Comportamentos de Fuga*

	Sem fuga ( <i>n</i> = 179) <i>M(DP)</i>	Com fuga ( <i>n</i> = 49) <i>M(DP)</i>	Diferenças de médias			Distribuição (% sem fuga/% com fuga)		
			<i>t</i> (226)	<i>d</i>	IC a 95%	Normal	Limítrofe	Clínicos
<b>Escalas de Internalização</b>								
Ansiedade/Depressão ( $\alpha = .83$ )	8.12(5.34)	8.98(4.95)	-1.02	-0.17	[-2.53, 0.81]	76.0/73.5	13.4/16.3	10.6/10.2
Isolamento/Depressão ( $\alpha = .70$ )	5.74(3.26)	6.73(2.90)	-1.93†	-0.32	[-2.00, 0.02]	72.1/67.3	15.1/14.3	12.8/18.4
Queixas Somáticas ( $\alpha = .83$ )	5.12(4.19)	5.43(4.05)	-0.46	-0.08	[-1.63, 1.02]	73.7/71.4	16.8/22.4	9.5/6.1
Internalização ( $\alpha = .91$ )	18.98(11.25)	21.14(10.10)	-1.22	-0.20	[-5.66, 1.34]	55.3/46.9	12.3/18.4	32.4/34.7
<b>Escalas de Externalização</b>								
Comportamento Delinquente ( $\alpha = .81$ )	6.66(4.86)	9.22(4.94)	-3.26**	-0.52	[-4.11, -1.02]	72.6/46.9	21.8/38.8	5.6/14.3
Comportamento Agressivo ( $\alpha = .87$ )	9.97(6.55)	11.80(5.93)	-1.77†	-0.29	[-3.87, 0.21]	72.6/63.3	14.5/24.5	12.8/12.2
Externalização ( $\alpha = .91$ )	16.63(10.60)	21.02(9.96)	-2.60*	-0.44	[-7.72, -1.07]	53.6/32.7	16.8/18.4	29.6/49.0
<b>Outras Escalas</b>								
Problemas Sociais ( $\alpha = .75$ )	4.82(3.81)	5.20(3.62)	-0.63	-0.10	[-1.59, 0.81]	77.1/82.1	15.1/11.2	7.8/6.7
Problemas de Pensamento ( $\alpha = .80$ )	5.94(4.53)	7.16(5.15)	-1.62	-0.25	[-2.70, 0.27]	82.1/69.4	11.2/18.4	6.7/12.2
Problemas de Atenção ( $\alpha = .76$ )	6.84(3.74)	7.16(4.02)	-0.53	-0.08	[-1.53, 0.89]	76.0/75.5	12.3/10.2	11.7/14.3
<b>Escalas DSM-5®</b>								
Problemas Afetivos ( $\alpha = .82$ )	7.28(5.10)	8.55(5.20)	-1.53	-0.25	[-2.89, 0.36]	69.8/65.3	19.0/20.4	11.2/14.3
Problemas de Ansiedade ( $\alpha = .61$ )	4.10(2.46)	4.71(2.26)	-1.59	-0.26	[-1.39, 0.15]	97.8/98.0	2.2/2.0	0/0
Problemas Somáticos ( $\alpha = .80$ )	3.16(3.15)	3.14(3.01)	0.04	0.01	[-0.97, 1.01]	78.4/75.5	10.2/16.3	11.4/8.2
Défice de Atenção e Hiperatividade ( $\alpha = .74$ )	5.70(3.16)	6.06(3.27)	-0.70	-0.11	[-1.37, 0.65]	82.7/79.6	12.8/12.2	4.5/8.2
Problemas de Oposição e Desafio ( $\alpha = .71$ )	3.55(2.33)	3.98(2.29)	-1.16	-0.19	[-1.17, 0.31]	79.3/75.5	14.0/16.3	6.7/8.2
Problemas de Comportamento ( $\alpha = .83$ )	5.88(4.90)	7.61(4.43)	-2.23*	-0.37	[-3.26, -0.20]	70.4/46.9	19.0/28.6	10.6/24.5
<b>Total</b> ( $\alpha = .96$ )	59.03(31.52)	67.65(30.62)	-1.70 <sup>a</sup>	-0.27	[-18.66, 1.43]	50.0/47.9	19.1/8.3	30.9/43.8

*Nota.* Os dados relativos ao YSR correspondem a um  $N = 228$ , i.e., inferior ao número total de participantes, uma vez alguns YSR foram considerados inválidos. De acordo com Cohen (1988):  $d \leq 0.2$ , tamanho de efeito pequeno;  $d = ]0.2, 0.5]$ , tamanho de efeito moderado;  $d ]0.5, 1.0]$ , tamanho de efeito elevado;  $d > 1.0$ , tamanho de efeito muito elevado.

<sup>a</sup>  $gl = 224$

†  $p < .10$ . \* $p < .050$ . \*\* $p < .010$ . \*\*\* $p < .001$ .

Tabela 3

*Regressão Logística Binária: Preditores Individuais para a Adoção de Comportamentos de Fuga*

	Cox & Snell $R^2$	Nagelkerke $R^2$	HL $\chi^2$	$p$	Wald <sup>2</sup>	$gl$	$p$	Exp( $\beta$ ) (OR)	IC a 95%
Preditores individuais	.096	.149	9.25	.322					
Idade					1.33	1	.250	1.09	[0.94, 1.26]
Sexo (Feminino)					4.20	1	.041	2.21	[1.04, 4.71]
Escala YSR Isolamento/Depressão					0.96	1	.327	1.06	[0.94, 1.20]
Escala YSR Comportamento Delinquente					4.24	1	.040	1.11	[1.01, 1.24]
Escala YSR Comportamento Agressivo					0.72	1	.395	0.97	[0.89, 1.05]
Consumo Substâncias Psicoativas					4.54	1	.033	2.53	[1.08, 5.92]
Necessidades Educativas Especiais					0.12	1	.726	1.17	[0.49, 2.82]
Minoria Étnica					0.22	1	.637	1.27	[0.47, 3.46]

Tabela 4

*Variáveis Compósitas: Comparação Crianças Sem Fuga Vs Crianças com Fuga*

	Sem fuga	Com fuga	Diferenças de médias			
	( <i>n</i> = 289)	( <i>n</i> = 65)	<i>t</i> (226)	<i>gl</i>	<i>d</i>	IC a 95%
	<i>M</i> ( <i>DP</i> )	<i>M</i> ( <i>DP</i> )				
Pares da Casa de Acolhimento	3.76(0.85)	3.52(0.82)	2.10*	350	0.29	[0.02, 0.47]
Cuidadores da Casa de Acolhimento	4.24(0.66)	3.87(0.96)	2.88**	349	0.45	[0.11, 0.61]
Consequências Educativas	4.04(0.80)	3.84(0.76)	1.84†	348	0.26	[-0.14, 0.41]
Oportunidades de participação	3.46(1.02)	3.41(1.01)	0.36	348	0.05	[-0.22, 0.33]
Ocupação de tempos livres	3.85(0.88)	3.41(0.96)	3.54***	349	0.48	[0.19, 0.68]

*Nota.* A variável compósita Pares da Casa de Acolhimento resulta da média dos itens: SP2.1 Os teus companheiros não te tiram as tuas coisas; SP2.2 Sentes-te bem na casa de acolhimento, é agradável o ambiente aqui; SP2.3 Sentes-te bem com os teus companheiros da casa de acolhimento; SP2.4 Gostas dos teus companheiros de quarto. A variável compósita Cuidadores da Casa de Acolhimento resulta da média dos itens: SP4 Os educadores são capazes de manter a ordem e a tranquilidade na casa de acolhimento; SP5.1 Sentes que gostam de ti e são carinhosos; SP5.2 Fazem-te rir, jogam com vocês, divertem-se juntos; SP5.3 Há alguém na instituição de quem gostas mais e com quem vás ter quando precisas; SP6.1 Preocupam-se contigo e podes confiar-lhes os teus segredos; SP6.2 Têm tempo para te ouvir e para te apoiar; SP6.3 Sentes que te apoiam nas tuas coisas. A variável compósita Consequências Educativas resulta da média dos itens: CE1.1 Se não respeitares as regras, sabes quais serão as consequências; CE1.2 Quando te castigam costuma ser porque fizeste algo errado; CE1.3 As consequências ou castigos que utilizam são razoáveis (não são exagerados: palmadas, ficar sem comer); CE3 Recompensam-te ou reconhecem o que fazes bem; CE4 No caso de agressões e comportamentos perigosos é usada a contenção física. A variável compósita Oportunidades de Participação resulta da média dos itens: P1 Ouvem a tua opinião (e a de outras crianças/jovens) acerca das normas e do funcionamento da casa de acolhimento; P2.1 As crianças/jovens discutem em grupo coisas relacionadas com o funcionamento da casa de acolhimento (normas, compras, atividades, etc); P2.2 Entre todos, decidem as atividades, os passeios e saídas, as normas da casa, etc.; P4 Costumam perguntar-te se estás satisfeito com a casa de acolhimento. A variável compósita Ocupação de Tempos Livres resulta da média dos itens: NI1.1 Há sítios nos arredores da casa de acolhimento para onde podes ir nos tempos livres; NI1.2 Estás inscrito em alguma atividade/desporto; NI3 Podes convidar amigos para virem à casa de acolhimento (inclusive no teu aniversário); NI8 Gostas das atividades e horários de saída ao fim-de-semana; NI9 Na casa de acolhimento costumam organizar visitas, saídas e viagens. De acordo com Cohen (1988):  $d \leq 0.2$ , tamanho de efeito pequeno;  $d = ]0.2, 0.5]$ , tamanho de efeito moderado;  $d ]0.5, 1.0]$ , tamanho de efeito elevado;  $d > 1.0$ , tamanho de efeito muito elevado.

†  $p < .10$ . \* $p < .050$ . \*\* $p < .010$ . \*\*\* $p < .001$ .

Tabela 5

*Regressão Logística Binária: Preditores Contextuais para a Adoção de Comportamentos de Fuga*

Preditores Contextuais	Cox & Snell $R^2$	Nagelkerke $R^2$	HL $\chi^2$	$p$	Wald <sup>2</sup>	$gl$	$p$	Exp( $\beta$ ) (OR)	IC a 95%
	.161	.259	9.56	.297					
Deslocalização área de residência					0.43	1	.512	0.79	[0.39, 1.60]
Irmãos na mesma Casa de Acolhimento					8.58	1	.003	0.28	[0.12, 0.65]
Tempo em Acolhimento total					3.09	1	.079	0.99	[0.99, 1.00]
Casa de Acolhimento Segregada (vs Mista)					7.97	1	.005	2.75	[1.36, 5.56]
Casa de Acolhimento Grande (vs Médias/Pequenas)					1.28	1	.258	1.53	[0.73, 3.19]
Pares da Casa de Acolhimento					0.11	1	.745	0.92	[0.57, 1.50]
Cuidadores da Casa de Acolhimento					4.87	1	.027	0.55	[0.32, 0.94]
Consequências Educativas					0.22	1	.637	0.88	[0.51, 1.52]
Oportunidades de Participação					11.47	1	.001	2.22	[1.40, 3.51]
Ocupação de Tempos Livres					5.32	1	.021	0.55	[0.34, 0.92]

Tabela 6

*Regressão Logística Binária: Preditores Contextuais por Sexo para a Adoção de Comportamentos de Fuga*

	Cox & Snell $R^2$	Nagelkerke $R^2$	HL $\chi^2$	$p$	Wald <sup>2</sup>	$gl$	$p$	Exp( $\beta$ ) (OR)	IC a 95%
<b>Preditores contextuais por sexo</b>									
Sexo Masculino	.190	.317	6.05	.641					
Sexo Feminino	.167	.261	11.96	.153					
<b>Irmãos na mesma Casa de Acolhimento</b>									
Sexo Masculino					3.22	1	.073	.308	[0.09, 1.11]
Sexo Feminino					4.19	1	.041	.286	[0.09, 0.95]
<b>Tempo em Acolhimento total</b>									
Sexo Masculino					0.01	1	.913	1.001	[0.99, 1.01]
Sexo Feminino					3.81	1	.051	.990	[0.98, 1.00]
<b>Casa de Acolhimento Segregada (vs Mista)</b>									
Sexo Masculino					8.57	1	.003	9.75	[2.12, 44.76]
Sexo Feminino					2.80	1	.095	2.239	[0.87, 5.76]
<b>Cuidadores da Casa de Acolhimento</b>									
Sexo Masculino					1.02	1	.313	.685	[0.33, 1.43]
Sexo Feminino					5.16	1	.023	.455	[0.23, 0.90]
<b>Oportunidades de Participação</b>									
Sexo Masculino					3.60	1	.058	1.92	[0.98, 3.76]
Sexo Feminino					6.24	1	.012	2.012	[1.16, 3.48]
<b>Ocupação de Tempos Livres</b>									
Sexo Masculino					3.41	1	.058	1.917	[0.98, 3.76]
Sexo Feminino					2.06	1	.151	.640	[0.35, 1.18]